

RESUMO SIMPLES ESTRUTURADO - GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E
CONTROLE SOCIAL – GOVERNANÇA EM SAÚDE, PARTICIPAÇÃO
COMUNITÁRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O SUS.

**GESTÃO DAS FORMAS SOCIETÁRIAS E SEUS REFLEXOS NA
GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE**

Akylles Cauã Alves Freitas (akycagua@gmail.com)

Tayronne De Almeida Rodrigues (tayronnealmeid@gmail.com)

João Leandro Neto (joaoleandro@gmail.com)

Introdução: A organização jurídica das instituições de saúde influencia a eficiência administrativa, a transparência na gestão e a sustentabilidade econômico-financeira do setor. As formas societárias aplicadas aos serviços de saúde estabelecem estruturas de responsabilidade, regimes tributários e modelos de governança que interferem na qualidade da gestão pública e privada. Objetivo: Analisar a relação entre os diferentes tipos societários e o desempenho organizacional das instituições de saúde no Brasil, examinando implicações éticas, econômicas e gerenciais na efetivação das políticas públicas e na garantia do acesso universal aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Metodologia: O estudo baseia-se em revisão de literatura realizada entre 2019 e 2024 nas bases SciELO, CAPES e PubMed. Foram selecionadas publicações que abordam gestão empresarial, governança corporativa e sustentabilidade em saúde. Os critérios de inclusão priorizaram artigos disponíveis em texto completo, publicados em periódicos revisados por pares e relacionados ao contexto brasileiro. Excluíram-se estudos de natureza puramente técnica ou sem relação direta com a gestão institucional. A análise

dos textos seguiu orientação temática, considerando três eixos: estrutura jurídica e eficiência administrativa; transparência e controle; sustentabilidade e responsabilidade social. Resultados: As análises indicaram que sociedades limitadas e sociedades anônimas apresentam maior flexibilidade administrativa e capacidade de adaptação às mudanças de mercado, enquanto instituições filantrópicas e cooperativas mantêm dependência de políticas de incentivo fiscal e convênios públicos. A forma societária interfere na organização contábil, na gestão de pessoas e na interação com órgãos de controle, influenciando a capacidade de planejamento e execução das políticas de saúde. Conclusão: O aprimoramento da governança em saúde requer estruturas societárias orientadas por princípios de ética empresarial, responsabilidade social e eficiência administrativa, assegurando equilíbrio entre sustentabilidade financeira e compromisso público com a saúde coletiva.

Palavras-chave: formas societárias; governança em saúde; gestão hospitalar; sustentabilidade econômica; políticas públicas.